



# MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2014  
Período: 2º Semestre  
PM DE CAÇAPAVA DO SUL



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.0.2

29/01/2015

17:07:58

Pág.: 1/6

Nome da Entidade: PM DE CAÇAPAVA DO SUL

CNPJ: 88142302000145

ORGÃO Nº: 42800

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 614210270362303 (Modelo 9)

É Encerramento de Mandato? Não

Possui RPPS? Sim

Forma de Organização? Fundo

Responsável pelo Fundo: Ubiratan Oliveira Marques

Telefone: (55)32811351

e-mail: [comprev@farrapo.com.br](mailto:comprev@farrapo.com.br)

Lei de Instituição do Controle Interno: 1.504

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 24/04/2003

Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 1.557

Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 11/09/2003

## Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

### - Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
869330861	Airton Brum Ferreira	Contador	<a href="mailto:airton@farrapo.com.br">airton@farrapo.com.br</a>	(55) 3281-3508

### - Demais Integrantes do Controle Interno

CPF	NOME
25752367034	Enedir Ferreira Figueiredo

### - Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

*Não foram inseridas observações para este item.*

## 1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do exercício atual, em audiência pública, realizada Câmara Municipal de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

*Não foram inseridas observações para este item.*

## 5 - Disponibilização dos Estudos e Estimativas das Receitas

O Poder Executivo colocou à disposição do Poder Legislativo Municipal em 19/11/2014, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, bem como as respectivas memórias de cálculo, observando o prazo mínimo de trinta dias antes do prazo final de encaminhamento da proposta orçamentária, conforme definido no § 3º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

*Não foram inseridas observações para este item.*

## 8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

*Não foram inseridas observações para este item.*



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2014  
Período: 2º Semestre  
PM DE CAÇAPAVA DO SUL



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.0.2

29/01/2015

17:07:58

Pág.: 2/6

### 9 - Operações de Crédito

As inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 2º Semestre de 2014, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 2º Semestre de 2014 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

O Poder Executivo não aplicou, no 2º Semestre de 2014, a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

Não existem beneficiários de pagamento de Sentenças Judiciais no Poder Executivo.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 15 - Renúncia de Receita

No 2º Semestre de 2014 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

*Não foram inseridas observações para este item.*



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2014  
Período: 2º Semestre  
PM DE CAÇAPAVA DO SUL



51404010163741629

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



29/01/2015

17:07:58

3.0.0.2

Pág.: 3/6

### 16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 2º Semestre de 2014, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 2º Semestre de 2014.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 2º Semestre de 2014.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 19 - Instituição, Previsão e Efetiva Arrecadação de Tributos

Houve a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Município.

As previsões de receita observaram as normas técnicas e legais, consideraram os efeitos das alterações da legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e foram acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2014  
Período: 2º Semestre  
PM DE CAÇAPAVA DO SUL



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.0.2

29/01/2015

17:07:58

Pág.: 4/6

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 22 - Equilíbrio Financeiro

Na análise do Saldo de Restos a Pagar por recursos vinculados do Poder Executivo, constatou-se a inexistência de recursos financeiros para a cobertura dos mesmos.

Analisando-se a evolução dos restos a pagar por recursos vinculados e das disponibilidades financeiras existentes no encerramento do exercício, constata-se que a insuficiência de R\$ 7,00 apurada ao final desse exercício, correspondente a 60,84% do total dos Restos a Pagar, foi superior àquela apurada no exercício imediatamente anterior, fato que demonstra a situação de Desequilíbrio Financeiro da entidade, restando comprovada a não adoção de medidas suficientes para a busca do equilíbrio das contas públicas, não atendendo o disposto no § 1º do art. 1º da LRF.

**Observações:** Observamos que na Execução do Orçamento do exercício sob análise houve um aumento no índice de Insuficiência Financeira em relação à totalidade dos Restos A Pagar em cotejo com os índices apresentados no exercício anterior que, ao nosso entendimento, deveu-se ao contingenciamento de receitas que foi acentuada ao final do exercício. Em meados do mês de dezembro/14 a administração municipal iniciou tratativas com o Conselho Fiscal e de Administração do Fundo de Aposentadoria do Servidor Municipal-FAPS para acordo de Parcelamento dos valores da contribuição de Custeio Normal (11,00%) mais a contribuição de Custeio Especial (24,34%) do Ente Público não recolhidos, valores estes, empenhados no exercício que totalizaram o montante de R\$ 4.922.791,75 Recursos: 0001, 0020, 0031 e 0040 (credor nº 1.541), sendo aprovado pelo Conselhos e encaminhado Projeto de Lei à Câmara Municipal de Vereadores para votação. Com a aprovação do Projeto far-se-á o extorno da totalidade dos empenhos para o lançamento do montante na Dívida Fundada do Município, o que reduzirá sensivelmente o valor apresentado para a Insuficiência Financeira com o seguinte resultado: R\$ 2.954.108,77 demonstrando o objetivo de alcançar o Equilíbrio Financeiro apresentando um saldo que representa a metade da Insuficiência Herdada pela atual Gestão. Observe-se que o percentual total de contribuição da municipalidade para o Regime Próprio de Previdência Social até o mês de Dez/14 perfazia o montante de 41,08% sobre uma base de cálculo média de R\$ 1.450.000,00. No Exercício atual iniciou-se um trabalho voltado ao recadastramento para a atualização dos dados de todos os servidores com o objetivo de adequar os índices de contribuições da municipalidade na elaboração do Cálculo Atuarial com dados fidedignos.

### 23 - Informações sobre Inativos e Pensionistas

O Município paga complementação de aposentadorias, sendo 29 o número total de inativos originários do Poder Executivo que recebem tal complementação.

O número total de inativos que passaram a receber complementação de proventos no exercício é de 1 originários do Poder Executivo.

O número total de inativos pagos pelo RPPS é 310, sendo que 27 inativações foram concedidas no período.

Atualmente não existem pensões não-compensáveis sendo pagas pelo RPPS.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 24 - Contribuição para Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

O município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação no exercício de 2014. Esse procedimento foi efetuado de acordo com os incisos I e II do art. 62 da LRF.

**Observações:** 1-Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul através do FUNREBOM, atividade constante no Orçamento do Município, valor Empenhado e Pago no exercício respectivamente: R\$ 39.281,77 e R\$ 37.179,18. 2-EMATER Convênio firmado entre o município e a entidade com o objetivo de prestar assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais no exercício; Valor empenhado e pago no exercício respectivamente: R\$ 111.864,72 e R\$ 93.220,60

### 25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 26/05/2013.



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2014  
Período: 2º Semestre  
PM DE CAÇAPAVA DO SUL



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.0.2

29/01/2015

17:07:58

Pág.: 5/6

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Informamos que os relatórios e demonstrativos relativos ao encerramento do exercício sob análise só foram disponibilizados ao Controle Interno nesta data, ou seja, 29/01/2014, ficando assim prejudicada a análise mais detalhada dos procedimentos, relatórios e resultados apresentados, de outra forma, no decorrer do período de elaboração do Relatório e Parecer do Controle Interno que acompanhará a Tomada de Contas do exercício, na verificação de qualquer inconsistência será tema de manifestação desta U.C.C.I.



# MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

**PODER EXECUTIVO**  
**EXERCÍCIO DE 2014**  
**Período: 2º Semestre**  
**PM DE CAÇAPAVA DO SUL**



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



**3.0.0.2**

29/01/2015  
17:07:58  
Pág.: 6/6

PM DE CAÇAPAVA DO SUL, 29/01/2015

---

OTOMAR OLEQUES VIVIAN  
Prefeito Municipal

---

Airton Brum Ferreira  
Responsável pelo Controle Interno